

## Design Territorial: Mediação Cultural, Co-Design E Sustentabilidade

Jeferson Kiyota Mori<sup>1</sup>, Josiani Carvalho Pacevicz<sup>2</sup>, Viviani Carvalho Pacevicz<sup>3</sup>,  
Lucas Castilho Lopes<sup>4</sup>, Eduardo Sttocco Da Silva<sup>5</sup>

(Pós-Graduado Em Marketing Digital / Escola Britânica De Artes Criativas E Tecnologia, Brasil)

(Pós-Graduanda Em Psicopatologia E Tcc / Pontifícia Universidade Católica Do Paraná/Artmed, Brasil)

(Pós-Graduada Em Comércio Exterior / Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe, Brasil)

(Mestre Em Desenvolvimento E Sociedade / Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe, Brasil)

(Mestre Em Desenvolvimento E Sociedade / Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe, Brasil)

### Resumo:

**Introdução:** As transformações socioculturais e econômicas das últimas décadas, intensificadas pela globalização e pela digitalização, têm promovido processos de homogeneização cultural e perda de singularidades locais. Esses fenômenos impactam diretamente a sustentabilidade social e simbólica dos territórios, ameaçando a diversidade cultural e os vínculos de pertencimento. Nesse contexto, o design territorial emerge como campo estratégico capaz de articular identidade, cultura, inovação e sustentabilidade, atuando na mediação entre o global e o local, entre tradição e contemporaneidade.

**Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e exploratória, conduzida em quatro etapas: (1) formulação da questão norteadora; (2) levantamento e seleção das evidências bibliográficas; (3) análise crítica e sistematização dos resultados; e (4) elaboração das conclusões. Foram analisadas 26 obras entre artigos científicos, livros e relatórios institucionais, selecionadas pela relevância teórica, clareza conceitual e contribuição interdisciplinar para a compreensão do design territorial como prática contemporânea.

**Resultados:** A revisão evidenciou que o design territorial se estrutura em torno de cinco eixos centrais: mediação simbólica e cultural, experiência e usabilidade dos lugares, participação e co-design, metodologias sistêmicas de projeto e perspectivas tecnológicas e sustentáveis. Verificou-se que o design atua como tradutor cultural e instrumento de governança simbólica, integrando práticas de comunicação visual, design de serviços e participação social.

**Conclusão:** Os achados indicam que o design territorial deve ser compreendido como prática de mediação cultural e transformação social, indo além da representação visual de lugares para consolidar-se como estratégia de desenvolvimento sustentável. Sua relevância reside na capacidade de articular saberes locais, políticas públicas e inovação, fortalecendo comunidades, estimulando processos participativos e criando ecossistemas de governança mais inclusivos.

**Palavras-chave:** Design Territorial; Identidade Cultural; Sustentabilidade.

Date of Submission: 01-11-2025

Date of Acceptance: 10-11-2025

### I. Introdução

O design, nas últimas décadas, expandiu seus limites tradicionais, ultrapassando a esfera da forma e da função para atuar como mediador entre cultura, sociedade e desenvolvimento (Manzini, 2015; Bonsiepe, 2011). Essa ampliação teórica e prática reflete o reconhecimento de que os desafios contemporâneos exigem abordagens sistêmicas e interdisciplinares, nas quais o design assume um papel estratégico na construção de significados e na mediação simbólica entre identidades e territórios (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024). Nesse cenário, consolida-se o design territorial, campo emergente que busca compreender e projetar as relações entre pessoas, lugares e culturas, articulando dimensões simbólicas, materiais e políticas em uma visão unificada (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

O conceito de design territorial tem ganhado relevância à medida que os territórios são reconhecidos como espaços vivos e híbridos, formados por camadas de história, cultura e afeto (Magnaghi, 2000; Canclini, 2003). As transformações trazidas pela globalização, mobilidade e digitalização intensificaram os desafios de preservação e representação das identidades locais, exigindo práticas projetuais que conciliem inovação e tradição, planejamento e sensibilidade, pertencimento e diversidade (Hall, 1990; Alves & Santos, 2019). Assim, o design territorial propõe-se a construir pontes entre o global e o local, contribuindo para a reafirmação de singularidades culturais e a valorização simbólica dos lugares em um mundo cada vez mais conectado e visualmente homogêneo (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

Sob essa perspectiva, o território não é compreendido apenas como recorte geográfico ou administrativo, mas como sistema de significados e relações (Orsi, Cavaco & Gil, 2024). Ele é o resultado da interação entre pessoas, memórias e paisagens, um organismo simbólico e socialmente construído que expressa a maneira como uma comunidade se reconhece e se representa (Canclini, 2003; Hall, 1990). Ao atuar nesse campo, o design torna-se um instrumento de tradução e mediação cultural, transformando valores intangíveis em expressões visuais, materiais e comunicacionais (Krucken, 2009; Lupton, 2011). Essa dimensão mediadora fortalece o pertencimento e estimula o engajamento comunitário, permitindo que o design contribua para o desenvolvimento sustentável e a coesão social (Manzini, 2015; Franzato, Krücken & Reyes, 2013, apud Ganem, 2016).

O debate sobre design territorial dialoga com campos como o place branding, o design social, o design sistêmico e o planejamento participativo, mas diferencia-se por seu caráter crítico e inclusivo. Em vez de promover apenas a imagem de um lugar, o design territorial propõe uma prática de governança simbólica e participativa, orientada por valores de corriação, sustentabilidade e valorização cultural (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021; Pereno & Barbero, 2020). Essa abordagem reconhece que a identidade territorial é um processo dinâmico e negociado, e não uma essência fixa ou mercadológica, sendo continuamente reconstruída pelas práticas sociais e pelos discursos visuais que a representam (Hall, 1990; Bhabha, 1998; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

A relevância deste estudo reside justamente em compreender como o design territorial, ao articular comunicação, cultura e inovação, pode promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social em diferentes contextos. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa e qualitativa, este trabalho busca identificar as principais abordagens conceituais, metodológicas e contemporâneas que estruturam o campo, destacando suas potencialidades e limitações. O objetivo central é analisar o design territorial como prática interdisciplinar e estratégica, capaz de integrar identidade, participação social e sustentabilidade em processos de valorização cultural e desenvolvimento regional (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

Em um cenário marcado pela globalização, pela crise ambiental e pela busca de novos sentidos de pertencimento, o design territorial afirma-se como um campo promissor para repensar a relação entre identidade, inovação e sustentabilidade. Ele reafirma o design como prática social e simbólica, que une técnica e sensibilidade, memória e futuro, projetando territórios mais humanos, participativos e culturalmente diversos (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

## **II. Materiais E Métodos**

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e exploratória, voltada à análise das abordagens contemporâneas do design territorial e suas interfaces com cultura, identidade, sustentabilidade e inovação social. A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender dimensões simbólicas, interpretativas e relacionais que configuram o território como espaço cultural e político, e o design como mediador de significados e agente de transformação social.

A revisão narrativa foi conduzida em quatro etapas principais:

- (1) definição da questão norteadora, que orientou todo o percurso teórico;
- (2) levantamento e seleção das fontes bibliográficas;
- (3) análise crítica e sistematização dos resultados; e
- (4) elaboração da discussão e da síntese conclusiva.

A questão norteadora formulada foi: “De que maneira o design territorial pode ser compreendido como campo estratégico de valorização cultural, pertencimento e sustentabilidade, articulando identidade, participação e inovação nas práticas contemporâneas de projeto?”

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases acadêmicas amplamente reconhecidas, incluindo Periódicos CAPES, Scopus, SciELO e Google Acadêmico, além de obras de referência, capítulos de livros e relatórios institucionais de relevância no campo do design, da cultura e do desenvolvimento territorial. Foram utilizados descritores em português, inglês e espanhol, tais como: design territorial, territorial design, design e identidade cultural, place branding, co-design, systemic design, sustainability, cultura e território, participação social, design e desenvolvimento regional e governança cultural.

Os critérios de inclusão priorizaram publicações compreendidas entre 2010 e 2024, período em que se consolidam as discussões sobre design sistêmico, inovação social e sustentabilidade territorial. Contudo, foram incorporadas também obras clássicas e fundacionais, anteriores a esse recorte, pela sua relevância conceitual para a compreensão das origens do campo. Foram excluídas publicações que se limitavam a descrições técnicas de design gráfico, marketing ou urbanismo, sem relação direta com os eixos teóricos da pesquisa (identidade, cultura, território e participação).

Inicialmente, foram identificadas 97 publicações entre artigos, capítulos de livros, teses e relatórios. Após leitura exploratória e triagem, 26 obras foram selecionadas por apresentarem maior consistência teórica, pertinência temática e diversidade geográfica, com especial atenção a pesquisas realizadas em contextos latino-americanos e europeus, que contribuem para a consolidação do campo.

A análise dos materiais foi conduzida a partir de uma leitura interpretativa e reflexiva, buscando identificar convergências, divergências e contribuições entre os autores. O processo de sistematização textual contou com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial generativa (ChatGPT, modelo GPT-5, OpenAI), utilizadas de forma complementar para organização de citações, revisão de redação acadêmica e aprimoramento da coerência argumentativa, sempre sob supervisão e curadoria crítica do pesquisador.

### **III. Resultados**

A análise converge para a compreensão de que o design territorial contemporâneo organiza-se em cinco eixos interdependentes: (1) mediação simbólica e cultural; (2) experiência e usabilidade dos lugares; (3) participação social e co-design diante de homogeneização e gentrificação; (4) metodologias sistêmicas de projeto; e (5) perspectivas tecnológicas e sustentáveis, orientadas por inclusão e inovação (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024). Esses eixos dialogam com uma base teórica que entende identidade como processo histórico e relacional, permanentemente (re)negociado, e território como ecossistema vivo de significados e recursos endógenos — o chamado capital territorial (Hall, 1990; Canclini, 2003; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

#### **(1) Mediação simbólica e cultural**

O design territorial atua como tradutor cultural, convertendo repertórios materiais e imateriais em representações capazes de comunicar valores, reforçar pertencimento e difundir identidades locais (Krucken, 2009). Na comunicação visual, o design organiza a percepção e promove coerência entre o que é visto, vivido e sentido — articulando tipografia, cor, símbolos, linguagem fotográfica e aplicações em um sistema flexível e apropriável socialmente (Lupton, 2011; Wheeler, 2013; Chaves, 2003). Em contextos latino-americanos marcados por heterogeneidade social, a identidade em formação demanda uma tecnologia de mediação que fortaleça vínculos sem idealizar tradições (Franzato, Krücken & Reyes, 2013, apud Ganem, 2016). A noção de hibridização cultural explica como práticas locais incorporam e ressignificam fluxos globais mantendo vínculos de origem (Canclini, 2003), enquanto leituras contemporâneas recolocam o “entre-lugar” das identidades a serviço do projeto e da governança territorial (Bhabha, 1998; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

#### **(2) Experiência e usabilidade do lugar**

A qualidade do encontro entre pessoas e território depende do acoplamento entre funcionalidade, emoção e significado, o que justifica tratar a usabilidade territorial como objetivo explícito de projeto — circulação clara, orientação intuitiva, legibilidade narrativa e acolhimento (Norman, 2013). Métodos de user experience e service design entendem o território como sistema de touchpoints interconectados (sinalização, serviços, hospitalidade, plataformas digitais), que precisam “falar a mesma língua” ao longo da jornada do usuário (Hartson & Pyla, 2012; Hassenzahl, 2010; Wheeler, 2013). Mais recentemente, representações espaciais — mapas colaborativos, diagramas, maquetes e visualizações — tornaram-se dispositivos de participação que ajudam comunidades a compreender e editar suas próprias narrativas espaciais; com isso, o design desloca ênfase do artefato final para a mediação de processos (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021). A tradução de dados e evidências em imagens legíveis integra simbólico e material e amplia a capacidade de decisão pública (Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

#### **(3) Participação, co-design e os riscos de homogeneização/gentrificação**

O co-design é eixo ético-metodológico: envolver moradores, gestores, coletivos e empreendedores do diagnóstico à implementação legitima escolhas e evita simplificações identitárias (Manzini, 2015; Bonsiepe, 2011). Processos de co-criação territorial reconfiguram sistemas locais — produção, consumo e governança — e fortalecem capacidades endógenas com visão de longo prazo (Pereno & Barbero, 2020). A ausência de escuta abre espaço para homogeneização (códigos visuais e narrativas genéricas) e gentrificação simbólica (estetização mercantil da cultura e perda de agência dos sujeitos) (Kavaratzis, 2004; Alves & Santos, 2019). Evidências brasileiras mostram o design como mediador de identidades e antídoto à padronização quando alinha comunicação, políticas e práticas a uma participação cidadã continuada (Franzato, Krücken & Reyes, 2013, apud Ganem, 2016). Ferramentas visuais acessíveis — cartografias afetivas, jogos, simulações urbanas e maquetes abertas — distribuem poder de representação e democratizam a decisão espacial (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

#### **(4) Metodologias sistêmicas de projeto.**

As metodologias combinam análise sistêmica, leitura sensível e iteratividade. Um percurso robusto inclui: (a) compreensão (mapeamento cultural, dados secundários, observação e escutas); (b) ideação/co-criação (oficinas, formulação de valores e promessa de lugar); (c) prototipagem e teste (materiais gráficos, sinalização, serviços, interfaces); e (d) implementação e governança (protocolos, licenças abertas, manutenção e atualização), sempre com avaliação cíclica (Hartson & Pyla, 2012; Norman, 2013; Wheeler, 2013). Para decisões baseadas em evidências, modelos multidimensionais integram indicadores ambientais, sociais, econômicos e culturais,

oferecendo visões comparáveis e acionáveis para políticas e investimentos — com o design como língua franca entre técnicos e sociedade (Orsi, Cavaco & Gil, 2024). No Brasil, casos aplicados demonstram o design como tecnologia do projeto territorial, capaz de traduzir diagnósticos complexos em agendas compartilhadas e de longo prazo (Franzato, Krücken & Reyes, 2013, apud Ganem, 2016). O systemic design mapeia atores e fluxos, identifica interdependências e orienta ciclos iterativos de co-criação e reconfiguração, alinhando produtos-serviços-territórios com transições sustentáveis (Pereno & Barbero, 2020). Em paralelo, frameworks de transição articulam presente, futuros desejáveis e caminhos de implementação, conectando projeto e política pública (Irwin, 2018).

#### **(5) Perspectivas tecnológicas e sustentáveis**

O horizonte atual converge para integração sistêmica, digitalização participativa e sustentabilidade com justiça territorial. Como orquestrador de ecossistemas, o design territorial conecta cultura, economia criativa e ambiente em arranjos de governança colaborativa (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024). Plataformas interativas e cartografias colaborativas tornam cidadãos coprodutores de informação territorial, ampliando transparência, corresponsabilidade e controle social (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021). Na dimensão social, a pauta é inovação com raízes: combinar tecnologia e tradição para gerar valor simbólico e econômico sem descaracterizar práticas locais, fortalecendo redes artesanais e cadeias criativas de base territorial (Alves & Santos, 2019). Em termos de linguagem, isso supõe tratar identidade como sistema vivo — aberto a variações e novas camadas de sentido — e não como marca fechada (Wheeler, 2013; Lupton, 2011). O futuro do campo depende de processos longos de aprendizagem coletiva, métricas híbridas (experiência, apropriação, impacto cultural e ambiental) e arranjos institucionais que estabilizem manutenção e atualização das soluções (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

Os resultados indicam que o design territorial é interdisciplinar e adaptativo, operando de modo simultâneo sobre dimensões materiais, simbólicas e sociais. Ele desloca o foco do objeto para as relações: traduz identidades em experiências coerentes, torna dados comunicáveis, distribui poder de representação e ancora o desenvolvimento em pertencimento, diversidade e transição ecológica (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

### **IV. Discussão**

A primeira dimensão discutida refere-se à natureza simbólica e política do território. Se em décadas anteriores prevalecia uma visão instrumental, focada em “marcar” lugares com identidades gráficas e slogans, hoje compreende-se que a representação visual é apenas uma das camadas de um sistema muito mais amplo. As identidades territoriais não são estáticas ou herdadas, mas constituem-se continuamente por meio de práticas sociais, disputas e negociações (Hall, 1990; Canclini, 2003). O design territorial, ao intervir nesse campo, atua como mediador dessas tensões, buscando dar visibilidade às diferenças sem dissolvê-las em narrativas homogêneas. Ao contrário de cristalizar símbolos, o design contemporâneo propõe que o território seja entendido como um campo vivo de significações, sempre reatualizado pela cultura (Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Pereno & Barbero, 2020).

Essa ampliação de escopo redefine também o papel do designer. Em vez de criador de soluções isoladas, ele passa a desempenhar a função de articulador de sistemas e de tradutor de complexidades. O design torna-se, assim, uma linguagem de síntese entre dimensões técnicas e culturais, capaz de transformar dados, experiências e memórias em narrativas compartilhadas (Pereno & Barbero, 2020). Essa postura mediadora exige novos repertórios metodológicos e éticos, centrados na escuta e na coautoria. Como defendem Manzini (2015) e Bonsiepe (2011), a participação não é uma etapa opcional, mas uma condição política do projeto: projetar com o território é tão essencial quanto projetar para o território.

Nesse sentido, a discussão sobre co-design assume centralidade. O design territorial contemporâneo reconhece que o envolvimento dos cidadãos é fundamental para evitar processos de homogeneização simbólica e gentrificação cultural. Quando as narrativas de um território são definidas apenas por agentes externos, corre-se o risco de construir imagens genéricas e descoladas da realidade social, transformando a cultura local em mercadoria (Kavaratzis, 2004; Appadurai, 1990, apud Alves & Santos, 2019). Em contrapartida, processos colaborativos ampliam o sentimento de pertencimento e legitimam as representações criadas, uma vez que estas emergem da experiência vivida dos próprios habitantes (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

A discussão metodológica evidencia também a convergência entre design territorial e design sistêmico. Ao estruturar processos iterativos de diagnóstico, co-criação e avaliação, o design territorial rompe com modelos lineares e propõe práticas contínuas de aprendizagem e adaptação. Pereno & Barbero (2020) demonstram que essa abordagem permite compreender o território como um sistema vivo, no qual decisões econômicas, culturais e ecológicas são interdependentes. Essa visão dialoga com o modelo de Orsi, Cavaco & Gil (2024), que propõem o uso de indicadores multidimensionais e mapas de interdependência para planejar ações de forma integrada. O

design, nesse contexto, deixa de ser apenas produtor de artefatos para se tornar mediador de políticas públicas e de estratégias de transição sustentável.

A relação entre sustentabilidade e identidade constitui outro ponto crucial das discussões. Ao reconhecer o território como ecossistema sociocultural, o design territorial amplia a noção de sustentabilidade para além da esfera ambiental, incorporando dimensões simbólicas e relacionais. Isso implica pensar o desenvolvimento não apenas em termos de preservação de recursos, mas de regeneração de vínculos e valores comunitários (Pereno & Barbero, 2020; Manzini, 2015). A sustentabilidade cultural — que inclui a continuidade de tradições, saberes e práticas — torna-se inseparável da sustentabilidade social e ecológica. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a diversidade cultural constitui ativo estratégico para a construção de modelos de desenvolvimento mais equitativos e inclusivos (Alves & Santos, 2019).

Outro aspecto debatido é a digitalização participativa, que redefine a relação entre design, território e tecnologia. Ferramentas digitais de mapeamento colaborativo e visualização de dados ampliam a participação pública e tornam o território mais legível, criando novas formas de mediação entre o espaço físico e o virtual (Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021). Contudo, essa expansão tecnológica exige cuidado para que a digitalização não se converta em novo fator de exclusão, reforçando assimetrias de acesso à informação e representação. O desafio, portanto, é equilibrar inovação tecnológica e inclusão social, garantindo que a transformação digital sirva como meio de democratização e não de elitização do espaço (Orsi, Cavaco & Gil, 2024).

As discussões atuais indicam que o design territorial é um campo de transição entre o pensamento projetual e o planejamento estratégico. Sua vocação interdisciplinar o coloca entre o design, as ciências sociais e o urbanismo, mas também entre a arte, a economia criativa e a gestão pública. Essa transversalidade é ao mesmo tempo sua força e seu desafio. A riqueza do campo reside justamente em sua capacidade de reunir diferentes linguagens — visual, sensorial, simbólica e técnica — para traduzir realidades complexas em experiências compartilháveis.

No entanto, a consolidação teórica e metodológica ainda demanda esforço: é necessário desenvolver instrumentos de avaliação específicos, capazes de medir não apenas impactos econômicos, mas também transformações simbólicas, afetivas e culturais. O território, ao ser visto como organismo vivo e mutável, exige indicadores híbridos que combinem métricas quantitativas e qualitativas, captando nuances da experiência humana (Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Pereno & Barbero, 2020).

Por fim, as discussões evidenciam que o design territorial propõe uma nova ética do projeto, fundamentada na corresponsabilidade, na escuta e na pluralidade. Ele se afasta da lógica da imposição estética e aproxima-se da construção coletiva de significados. Essa ética relacional redefine o próprio sentido do “fazer design”, transformando-o em prática de cuidado e mediação. Ao conectar passado e futuro, tradição e inovação, o design territorial oferece caminhos para repensar o desenvolvimento regional e a sustentabilidade cultural em escala local e global (Manzini, 2015; Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Jolivet-Duval, Safin & Huron, 2021).

As discussões apontam que o design territorial contemporâneo é menos sobre objetos e mais sobre relações; menos sobre aparência e mais sobre significado; menos sobre promover territórios e mais sobre construir pertencimento. É um campo em amadurecimento, mas já capaz de demonstrar que a valorização dos lugares não se dá apenas pela comunicação, mas pela capacidade do design de gerar sentido, participação e coesão social (Pereno & Barbero, 2020; Orsi, Cavaco & Gil, 2024; Alves & Santos, 2019).

## V. Conclusão

O design territorial consolida-se como um campo de prática e reflexão que ultrapassa os limites tradicionais do design gráfico ou urbano, assumindo uma dimensão estratégica, cultural e social. Ele demonstra que projetar para o território é, antes de tudo, projetar para as relações humanas, para as memórias e para os significados que configuram o sentimento de pertencimento. Mais do que criar símbolos, o design territorial busca compreender e traduzir as complexidades que unem pessoas e lugares, fortalecendo identidades locais e promovendo desenvolvimento sustentável.

Os resultados desta revisão mostram que o design territorial atua de forma interdisciplinar e dinâmica, articulando dimensões materiais e imateriais — da comunicação visual à experiência cotidiana, da co-criação à governança participativa. Essa multiplicidade de abordagens confirma que o design territorial não é apenas uma ferramenta estética, mas um processo de mediação cultural e política, capaz de unir inovação, participação e sustentabilidade em uma mesma estrutura projetual.

Entretanto, o estudo também evidenciou dificuldades e lacunas importantes. Ainda há escassez de pesquisas empíricas e comparativas que testem metodologias em contextos diversos, especialmente em territórios periféricos ou rurais. A literatura recente tende a concentrar-se em experiências urbanas e institucionais, deixando de lado iniciativas autônomas ou comunitárias. Outro desafio é a falta de instrumentos específicos de avaliação de impacto simbólico e social: ainda são poucos os métodos capazes de medir, de forma qualitativa e quantitativa, como o design efetivamente contribui para fortalecer vínculos identitários e práticas sustentáveis nos territórios.

Durante a pesquisa, também se percebeu que o campo enfrenta problemas conceituais e terminológicos. O uso de expressões como place branding, design territorial e design de experiências territoriais ainda apresenta sobreposições e ambiguidades, dificultando a consolidação teórica e o diálogo interdisciplinar. Além disso, a maioria dos estudos concentra-se em contextos europeus e latino-americanos específicos, o que limita a generalização dos resultados e evidencia a necessidade de ampliar o olhar para realidades mais diversas.

Outra dificuldade observada refere-se à integração entre teoria e prática. Embora os modelos contemporâneos proponham abordagens sistêmicas e participativas, sua aplicação enfrenta barreiras institucionais, políticas e econômicas. Muitos projetos de design territorial esbarram em falta de continuidade, financiamento ou governança, o que fragiliza o impacto das ações e impede que os processos participativos se consolidem de forma duradoura.

Diante dessas limitações, estudos futuros poderiam aprofundar três caminhos complementares. O primeiro consiste em investigar de forma mais detalhada métodos de mensuração e indicadores para avaliar o impacto simbólico, social e ambiental das ações de design territorial. O segundo caminho é o fortalecimento da dimensão empírica, por meio de estudos de caso longitudinais que acompanhem processos reais de co-criação, implementação e manutenção de identidades territoriais ao longo do tempo. Por fim, é fundamental ampliar o diálogo entre pesquisadores, gestores públicos e comunidades locais, criando pontes entre teoria e prática e consolidando o design territorial como instrumento de governança colaborativa.

Este estudo reafirma que o design territorial é um campo emergente e transformador, cuja força reside na capacidade de unir pensamento crítico, criatividade e compromisso social. O território, entendido como organismo vivo e plural, demanda um design sensível às suas histórias e aberto às suas transformações. O desafio que se impõe para os próximos anos é continuar construindo pontes entre o simbólico e o prático, entre o local e o global, consolidando o design territorial como ferramenta essencial para imaginar e projetar futuros mais justos, diversos e sustentáveis.

## Referências

- [1]. Alves, M. C.; Santos, A. O Design Na Cultura Tradicional: Ênfases E Lacunas. *Projética*, Londrina, V. 10, N. 3, P. 159-174, 2019. Disponível Em: <https://Ojs.Uel.Br/Revistas/Uel/Index.Php/Projetica/Article/View/36383>. Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [2]. Appadurai, A. Disjuncture And Difference In The Global Cultural Economy. *Theory, Culture & Society*, V. 7, N. 2, P. 295-310, 1990. Disponível Em: [https://Pages.Mtu.Edu/~Jdslack/Readings/Csreadings/Appadurai\\_Arjun\\_Disjuncture\\_And\\_Difference\\_In\\_The\\_Global\\_Cultural\\_Economy.Pdf](https://Pages.Mtu.Edu/~Jdslack/Readings/Csreadings/Appadurai_Arjun_Disjuncture_And_Difference_In_The_Global_Cultural_Economy.Pdf). Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [3]. Bhabha, H. K. O Local Da Cultura. Belo Horizonte: Ufmg, 1998.
- [4]. Bonsiepe, G. *Design, Cultura E Sociedade*. São Paulo: Blücher, 2011.
- [5]. Canclini, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar E Sair Da Modernidade*. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- [6]. Castells, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- [7]. Ceschin, F.; Gaziulusoy, I. *Design For Sustainability Transitions: Origins, Theory And Practice*. New York: Routledge, 2019.
- [8]. Chaves, N. A *Identidade De Marcas: Gestão E Comunicação*. São Paulo: Rosari, 2003.
- [9]. Franzato, C. Design Nel Progetto Territoriale. *Strategic Design Research Journal*, V. 2, N. 1, P. 1-10, 2009. Disponível Em: <https://Revistas.Unisinos.Br/Index.Php/Sdrj/Article/View/4457>. Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [10]. Franzato, C.; Krücken, L.; Reyes, P. Design For Territorial Development In Emerging Economies. *Strategic Design Research Journal*, V. 6, N. 1, P. 40-49, 2013. Disponível Em: <https://Revistas.Unisinos.Br/Index.Php/Sdrj/Article/View/Sdrj.2013.61.06>. Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [11]. Ganem, M. *Design Dialógico: Gestão Criativa, Inovação E Tradição*. São Paulo: Estação Das Letras E Cores, 2016.
- [12]. Hall, S. *Cultural Identity And Diaspora*. In: Rutherford, J. (Ed.). *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. P. 222-237.
- [13]. Hartson, R.; Pyla, P. *The Ux Book: Process And Guidelines For Ensuring A Quality User Experience*. Burlington: Morgan Kaufmann, 2012.
- [14]. Hassenzahl, M. *Experience Design: Technology For All The Right Reasons*. San Rafael: Morgan & Claypool, 2010.
- [15]. Irwin, T. *Transition Design: Phased Approach*. Pittsburgh: Carnegie Mellon University, 2018.
- [16]. Jolivet-Duval, M.; Safin, S.; Huron, S. Design Territorial, Représentations Spatiales Et Participation Citoyenne: *Revue De Cas Et Analyse D'outils. Sciences Du Design*, N. 14, P. 55-75, 2021. Disponível Em: <https://Www.Caimn.Info/Revue-Sciences-Du-Design-2021-2-Page-55.Htm>. Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [17]. Kavaratzis, M. From City Marketing To City Branding: Towards A Theoretical Framework For Developing City Brands. *Place Branding*, V. 1, N. 1, P. 58-73, 2004. Disponível Em: [https://Www.Academia.Edu/24049074/From\\_City\\_Marketing\\_To\\_City\\_Branding\\_Towards\\_A\\_Theoretical\\_Framework\\_For\\_Developing\\_City\\_Brands](https://Www.Academia.Edu/24049074/From_City_Marketing_To_City_Branding_Towards_A_Theoretical_Framework_For_Developing_City_Brands). Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [18]. Kavaratzis, M. Place Branding: A Communication Perspective On Brands And Brand Management. *Place Branding*, V. 1, N. 1, P. 69-82, 2005. Disponível Em: [https://Www.Researchgate.Net/Publication/349885659\\_Place\\_Branding\\_A\\_Communication\\_Perspective](https://Www.Researchgate.Net/Publication/349885659_Place_Branding_A_Communication_Perspective). Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [19]. Krücken, L. *Design E Território: Valorização De Identidades E Produtos Locais*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.
- [20]. Lupton, E. *Graphic Design Thinking: Beyond Brainstorming*. New York: Princeton Architectural Press, 2011.
- [21]. Magnaghi, A. *Il Progetto Locale: Verso La Coscienza Di Luogo*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- [22]. Manzini, E. *Design, When Everybody Designs: An Introduction To Design For Social Innovation*. Cambridge: Mit Press, 2015.
- [23]. Norman, D. A. *The Design Of Everyday Things*. New York: Basic Books, 2013.
- [24]. Orsi, F.; Cavaco, C.; Gil, J. From Territorial Capital To Regional Design: A Multidimensional Model For Territorial Analysis And Scenario Evaluation. *Planning Practice & Research*, V. 39, N. 1, P. 116-135, 2024. Disponível Em: <https://Www.Tandfonline.Com/Doi/Full/10.1080/02697459.2022.2120490>. Acesso Em: 29 Out. 2025.

- [25]. Pereno, A.; Barbero, S. Systemic Design And Co-Creation Processes For Territorial Enhancement. *Strategic Design Research Journal*, V. 13, N. 2, P. 187-202, 2020. Disponível Em: <https://Revistas.Unisinos.Br/Index.Php/Sdrj/Article/View/Sdrj.2020.132.07>. Acesso Em: 29 Out. 2025.
- [26]. Wheeler, A. *Designing Brand Identity: An Essential Guide For The Whole Branding Team*. 4. Ed. Hoboken: Wiley, 2013.